

Emendas remendadas



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras

“De quem é esta imagem e inscrição?” “De César”, foi a resposta. Disse-lhe então Jesus: “Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus.” E assim não puderam apanhá-Lo em palavra alguma diante do povo.

Essa definição teológica do dinheiro significa que dinheiro é coisa dos homens, que podem utilizá-lo para o bem ou para o mal. Em geral, os que dispõem de muito dinheiro podem empregá-lo em coisas profanas, e os que não têm utilizam o pouco que conseguem para a subsistência do corpo.

Agora, no caso das emendas ao orçamento, certamente elas não são disputadas por elas mesmas, mas, sim, porque se transformam em dinheiro e não se esgotam no seu destino, e acabam se prestando para acusações a prefeitos, vereadores, deputados e, por meios indevidos, vão parar — segundo acusações que circulam, difíceis de se confirmar — nesses agentes públicos.

No começo de Brasília presenciei uma discussão a bordo de um avião entre algumas freiras e o deputado Tenório Cavalcanti, que era uma figura folclórica na Câmara dos Deputados, pois portava sempre uma metralhadora de nome “Lurdinha”, com que enfrentava seus adversários em Caxias, no Rio de Janeiro.

Naquele tempo tínhamos apenas aviões da Scania que faziam a linha do Rio de Janeiro para a futura capital da República. Eram aviões que voavam a baixa altitude, não pressurizados e desconfortáveis. Nessa viagem a aeronave jogava bastante, e as freiras rezavam muito. Tenório Cavalcante disse a elas: “Irmãs, se esse avião cair, iremos para o Céu”. Elas lhe responderam: “Não diga isso, deputado”. Ele retrucou: “As senhoras não querem o Céu? Eu quero. Lá não tem dinheiro,

não se compra nada e tem de tudo para todos”. As freiras apenas repetiam: “Não diga isso, deputado”.

Foi mais uma interpretação teológica do dinheiro a sua perda de valor.

O que se deseja mesmo aqui é fixar que é inacreditável o que ocorre agora no Congresso Nacional: predominantemente, só se fala em dinheiro, dinheiro das emendas, com que muitos setores receberam milhões de recursos para emprego político, mas fugindo às regras constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A política tem uma disciplina horizontal, somente os regimes de partidos únicos têm disciplina vertical. A disciplina dos partidos democráticos deve ser feita horizontalmente. Quando é invertida, trata-se de autoritarismo, que foge ao exercício da democracia interna, que não é exercida.

O que estamos vendo nos partidos atuais é uma decisão das cúpulas, que, de certo modo, é uma deformação do instrumento básico do regime democrático, baseado nos partidos políticos; e, sem parlamento forte, a democracia é difícil de existir.

Lembro-me, quando fui parlamentar no Rio de Janeiro — o líder do meu partido, a UDN, era Otávio Mangabeira, e eram seus colegas de liderança Carlos Lacerda, Afonso Arinos, Adauto Lúcio Cardoso, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto e outros —, que a ascensão política e parlamentar era assegurada pelo valor pessoal, nunca por meios espúrios. Os nossos discursos eram assistidos por grande e qualificada plateia, os jornais os publicavam na íntegra, e assim iam se construindo os líderes, e os comandantes nessa escola se afirmavam.

Ah! Como era verde meu vale.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))

circecunha.df@dabr.com.br



Não conheço nenhuma delas

Digam o que quiserem sobre a eleição presidencial dos Estados Unidos ou sobre a vitória de Donald Trump depois de quatro anos de perseguições e de uma tentativa de assassinato em um comício de campanha na Pensilvânia. Muitos podem não gostar da figura pessoal de Trump, arrogante e altivo, principalmente os chamados globalistas de esquerda, dentro e fora dos Estados Unidos. O que é fato incontestável é que ele foi eleito por uma votação limpa e esmagadora, que praticamente cobriu todo o mapa dos EUA com as cores dos republicanos.

O povo soberanamente escolheu quem achou que iria reverter a guinada silenciosa dos EUA rumo a uma espécie de socialismo tardio, infectado ainda pelos ventos dos movimentos Woke e Queer, que hoje minam a Europa e ameaçam afundar econômica, social e politicamente toda a União Europeia.

A eleição naquele país deixou claro, pela diferença de votos, que os americanos apontaram a direção que desejam seguir. E mais do que isso, rejeitaram a direção errada que estavam seguindo. Para reforçar esse retorno às ideias liberais, os mercados americanos e principalmente os papéis na Bolsa registraram recordes de valorização, mostrando que o capitalismo, que enriqueceu dos Estados Unidos como nenhum outro país, estava de volta.

No cumprimento das promessas de campanha, Trump lembrou, em seu discurso no Congresso em 5 de março, que logo nas primeiras semanas de governo mais de 100 ordens foram assinadas, juntamente com 400 outras ações executivas com vista a restaurar o que o presidente chamou de bom senso, segurança, otimismo e riqueza. Para Trump, o povo americano o escolheu para fazer justamente esse trabalho. Mesmo medidas que são criticadas por muitos países, como o controle rígido sobre as imigrações, a população americana demonstrou total apoio, pois vinham a inquietando.

Como bem lembrado por Trump, nada do que ele poderá fazer e fará irá alegrar os democratas. Logo de cara, o presidente eleito fez o que a população pedia, que era o congelamento de todas as novas contratações federais, congelando também todas as novas regulamentações e ajuda externa. Acabei, disse ele, “com todo o ridículo esquema verde”, retirando seu país do Acordo Climático de Paris, que custava trilhões de dólares aos americanos e não era pago por outros países. Trump destacou ainda que retirou seu país da “corrupta Organização Mundial de Saúde”, se afastando também do Conselho de Direitos Humanos da ONU pelo seu reiterado antiamericanismo.

Também foi destacado o trabalho feito na eliminação de regras e regulamentos desnecessários, simplificando normas. Outra medida que teve o apoio da população, mas que foi logo reprovada pelos democratas, foi a ordem para que todos funcionários federais retornassem aos escritórios, sob pena de serem imediatamente afastados de suas funções.

Trump anunciou que deu fim também ao chamado governo armado, instrumento que permite que qualquer presidente em exercício possa processar ferozmente seus oponentes políticos. Ao mesmo tempo, deixou claro que pôs fim a todo o tipo de censura, além da volta da liberdade de expressão, que, na avaliação dele, vinha sendo limitada nos governos dos democratas.

Outro ponto destacado em seu discurso foi a decisão de acabar de vez com as políticas de diversidade, equidade e inclusão em todo o governo federal, no setor privado e nas forças armadas. “Trabalhadores devem ser contratados ou promovidos com base na habilidade e na competência e no mérito, não de acordo com a raça ou gênero”, disse ele, lembrando que essa medida teve o apoio total da Suprema Corte americana. “Removemos o veneno da teoria racial crítica de nossas escolas públicas, e eu assinei uma ordem tornando política oficial do governo dos EUA a existência de apenas dois gêneros: masculino e feminino. Também assinei uma ordem executiva para proibir os homens de praticar esportes femininos”, seguiu o presidente.

Na economia, Trump destacou sua luta para tornar o principal insumo, que é o do alto custo da energia. Para tanto, mandou reabrir mais de cem usinas de energia que haviam sido fechadas, declarando uma política de emergência energética nacional. Lembrou ainda que fará tudo para acabar com o desperdício de dólares dos contribuintes, dando todo o apoio ao Departamento de Eficiência Governamental (Doge), chefiado pelo bilionário Elon Musk. Apresentou também uma extensa lista de altos gastos impostos do Tesouro americano que vão do fornecimento de carros gratuitos para estrangeiros ilegais até milhões de dólares gastos em favor do empoderamento de povos indígenas e afro-caribenhos. Para ele, esses gastos eram verdadeiros golpes aplicados em cima dos contribuintes. Com essas e outras medidas Trump, espera reaver os bilhões de dólares desviados do tesouro e que se esvaem em meio a complexa máquina pública americana.

Ele ressaltou que, somente na área de Seguro Social, havia uma lista com milhões de pessoas de 110 a 119 anos de idade e outras listas de beneficiários com pessoas de 120 a 129 anos de idade. Outras com listas de milhões de pessoas com 130 a 139 anos de idade, e outras milhões de pessoas com idade entre 140 e 149 anos. “Não conheço nenhuma delas”, disse.

» História de Brasília

Apesar de inaugurado o telefone público, os do aeroporto estão na mesma. Eram quatro. Um foi retirado, dois não funcionaram e um funciona mal. (Publicada em 27/4/1962)



A farra fiscal solapa a democracia



» JOSÉ PASTORE
Professor da USP (aposentado),
presidente do Conselho de
Emprego e Relações do Trabalho
da Fecomercio-SP

Como variante da farra fiscal, são as concessões indiscriminadas de incentivos e subsídios que favorecem grupos e regiões privilegiadas, décadas a fio, em detrimento dos que têm de arcar com as cargas tributárias completas e até aumentadas. É o paternalismo de conceder “meia entrada”, como diz Marcos Lisboa, a grupos que se locupletam desses benefícios em desfavor dos mais pobres.

Não se pode desprezar o papel da corrupção. Nas escalas existentes, a “pequena corrupção” — que envolve as tentativas de suborno praticadas pelos cidadãos comuns —, o Brasil está dentro da média dos países pesquisados. Mas a “grande corrupção”, praticada pelos poderes públicos, partidos políticos e empresas estatais, está muito acima da média mundial, conforme mostra Marcus André Melo no texto O Brasil exibe paradoxo de pouca corrupção trivial e alta corrupção institucional, publicado na *Folha de S. Paulo*, em 16 de fevereiro deste ano.

Há ainda a desigualdade gerada pela incapacidade de o Brasil requalificar os trabalhadores que são deslocados dos seus empregos por força da entrada de novas tecnologias. Sem condições de se “repaginarem” para atender às novas demandas, trabalhadores de classe média descem na escala social, passam para a classe baixa e agravam o já grave quadro das desigualdades. Quem nunca tomou um Uber dirigido por um contador?

O que isso tem a ver com a democracia? No passado, as democracias eram derrubadas por grupos armados. Hoje, elas são minadas por dentro pela força das desigualdades. Isso decorre basicamente do desencanto e do sofrimento

que assolam os grupos que são afetados pelo agravamento das desigualdades. Pessoas que descem na escala social ou que assistem ao enriquecimento de outros na base dos privilégios e não do mérito ficam revoltadas e se tornam presas fáceis dos demagogos populistas.

O populismo floresce no meio das frustrações e desigualdades e agrava as crises existentes. Isso porque os populistas se elegem manipulando os sentimentos de inconformismo e prometendo o que não podem entregar. Uma vez no poder e verificando a escassez de recursos para cumprir suas promessas, os populistas partem para o assistencialismo no intuito de atender e assegurar os votos dos mais pobres, agravando a crise fiscal e minando a saúde da democracia no momento seguinte.

O Brasil tem longas histórias de políticos populistas, desde Getúlio Vargas, passando por Jânio Quadros, Jair Bolsonaro e Lula da Silva. Os que escaparam desse padrão foram Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer. Os três conseguiram fazer reformas estruturais que revitalizaram a economia e permitiram combater as desigualdades por meio do trabalho. Bolsonaro, que podia ter garantido a perenidade do equilíbrio das finanças públicas, perdeu essa oportunidade ao partir para a farra fiscal no fim de seu mandato, aumentando, por exemplo, o valor da Bolsa Família abruptamente de R\$ 200 para R\$ 600.

Está provado, farra fiscal, leis extrativistas, corrupção, favorecimentos a lobistas e outros mecanismos perversos só agravam as desigualdades e enfraquecem a democracia. Precisamos sair desse círculo vicioso.

O Brasil é uma das sociedades mais desiguais. São várias causas. Uma está ligada às próprias leis, muitas das quais criam desigualdades insuperáveis. É o caso, por exemplo, do enorme diferencial de aposentadoria entre servidores públicos e trabalhadores do setor privado. Outra decorre das leis que sancionam os supersalários e penduricalhos de agentes públicos. São leis extrativistas que atendem o interesse de privilegiados, extraindo os recursos dos mais pobres. Há ainda o exemplo da régua única do seguro-desemprego, que atende com o mesmo valor um desempregado solteiro e um chefe de família com cinco filhos.

Entra aqui também o impacto perverso da farra fiscal. Gastar mais do que se arrecada gera graves desequilíbrios. Estamos no meio desse processo. O resultado é sempre a aceleração da inflação, que é um imposto extremamente cruel e que fere gravemente os mais pobres.

O controle da farra fiscal depende de instituições fortes — que não temos — em especial os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. No Brasil, os três têm se mostrado perdulários e prioritariamente interessados no enriquecimento dos seus membros e de suas campanhas eleitorais.